

TERRITÓRIO (POSSÍVEL) DA ESCRITA FEMININA

Nancy Vieira (UCSAL)

INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende apresentar um panorama da produção intelectual da escritora oitocentista Anna Ribeiro de Góes Bittencourt, privilegiando sua obra ficcional, sob os seguintes aspectos: o complexo contexto de formação de uma escritora no século XIX, suas inquietações diante da condição feminina e sua opção pelo “feminismo católico”.

Pensar sobre a formação de uma escritora no século XIX significa refletir sobre as condições possíveis de escrita para aquelas mulheres cujo lugar esperado socialmente era o de leitoras ou de musas. O espaço da casa era o seu território, aqui entendido como propõe Muniz Sodré:

Território é, assim, o lugar marcado de um *jogo*, que se entende em sentido amplo como a protoforma de toda e qualquer cultura: sistema de relacionamento com o real. Articulando mobilidade e regras na base de um “fazer de conta”, de um artifício fundador que se repete, o jogo aparece como a perspectiva ordenada da ligação entre o homem e o mundo, capaz de combinar “as idéias de limites, de liberdade e de invenção”.¹

A escrita dessas primeiras escritoras tinha de driblar o espaço delineado. Estabelecer um *jogo* que consistia em assumir a condição de escrita sem que representasse uma afronta ao meio literário, masculino, por excelência. Para tanto, muitas das escritoras escolheram modelos literários que as posicionasse como produtoras de um discurso de mulheres para mulheres, uma espécie de texto que circulasse entre costuras e bordados, inócuo, pensariam os críticos e seus colegas escritores não se sentiriam ameaçados por essa produção.

Todavia essa pretensa escrita ingênua, saída do mundo da casa, afirmou uma subjetividade feminina, introduziu as mulheres no âmbito da escrita, revelou possibilidades do indivíduo assujeitado de assumir um discurso, insinuando-se como um texto modelar, imbuído da proposta de formação moral e católica das leitoras, revelando mais do que parecia à primeira vista conforme se pode ler com outros operadores da crítica contemporânea.

Por isso, antes de demarcar o território de escrita ocupado por Anna Ribeiro nas letras baianas e discutir seu projeto literário de não só desenvolver o hábito da leitura entre as mulheres, contribuindo para sua formação, mas também da manutenção desse hábito mesmo após o casamento, quando os afazeres domésticos e a resistência dos maridos as impediam de permanecer em contato com suas leituras da mocidade, privando-as desse lazer e dos conhecimentos adquiridos através do texto literário.

ANNA RIBEIRO E O CÍRCULO LITERÁRIO BAIANO

O meio literário baiano do segundo Oitocentos, de onde emerge a produção de Anna Ribeiro, caracterizava-se por apresentar maior predominância da poesia que da prosa, o que levava Machado de Assis a afirmar, em 1895, que “O Brasil é a terra de poetas...”, e a Bahia seria o estado a melhor representar esse epíteto. Decerto, romances e novelas surgiram nos jornais, contudo não encontraram vazão no meio local. Este aspecto das Letras Baianas não passa despercebido a Aloísio de Carvalho Filho, mais conhecido no meio cultural pelo pseudônimo de Lulu Parola, que, fazendo um inventário e avaliação da prosa baiana no artigo “A Bahia no romance brasileiro”, chega a questionar: “Teríamos fracassado no romance?”ⁱⁱ.

Não é que não tivéssemos tido publicações. Desde os primeiros decênios do século XIX, encontram-se novelas e romances publicados na Bahia, sem, contudo, a relevância com que se encontrava nas demais regiões do país. A Bahia vivia voltada ainda para a poesia, notadamente a poesia de momento, que alcançava facilmente o público e permitia ao poeta o reconhecimento e a notoriedade popular nas festas e celebrações cívicas, além dos encontros literários tão frequentes na província, que só perderam espaço para o cinema, que apareceu no cruzar do séculoⁱⁱⁱ.

O círculo baiano ainda vivia do mito do poeta popular, talvez reflexo da Faculdade de Medicina e seu gosto pela oratória e da glória edificante de Castro Alves. Anna Ribeiro, em seu último romance, “Suzana”, faz menção a essa necessidade do poeta nas festas populares. A vocação baiana para a oratória e a teatralização, que chegara ao auge com a figura do Poeta dos Escravos, cuja poesia social usava com frequência de recursos apelativos, se notabilizará pela interação com o seu público.

Para David Salles, que persegue as indicações de Pedro Calmon, em sua *História da Literatura Baiana*, de 1949,

...existiriam causas influentes conduzindo a argumentos de natureza sociológica-literária para explicar a conseqüência, ou seja, a quase ausência ou a pobreza indigente da manifestação ficcional na Bahia do século passado. E arrumadas a modo de esquema, seriam: a) neoclassicismo baiano retardatário; b) prestígio literário e popular da retórica oratória, na tribuna e no púlpito; c) preferência e predomínio da manifestação poética, favorável à conquista rápida de notoriedade social no meio provinciano; d) culto da erudição, em decorrência da projeção da Faculdade de Medicina como núcleo da vida cultural baiana; e) ausência de editores.^{iv}

Com *A filha de Jephthé*^v de 1881, a autora lança-se nas letras baianas, abordando o tema do sacrifício feminino em função da manutenção da ordem patriarcal, como no conto “Virgínius” de Machado de Assis (publicado no *Jornal das Famílias*, em 1864) e no poema “Virgínia” da poetisa baiana Ana Autran (presente em sua primeira publicação *Devaneios*, de 1877).

A temática revela traços comuns: a discussão acerca da virgindade feminina, assim como da anulação das figuras das mães e o registro de mulheres que, em nome das normas patriarcais, são sacrificadas pelos pais. Vítimas em épocas e em bases ideológicas tão diversificadas, todas incapazes de optarem pelos seus desejos, aquiescentes diante da decisão paterna sobre suas vidas. Todas essas mulheres tragicamente representadas revelam a prática concebida como própria da condição feminina: a da aceitação das regras que lhe são impostas.

Não obstante, é com “O anjo do perdão”, publicado em 1883, no *Diário de Notícias*^{vi}, que Anna Ribeiro continua sua trajetória ficcional, acrescentando uma característica a mais na sua escrita: à primeira, presente no primeiro romance, de ser uma escrita para mulheres, une-se a segunda, a de ser uma escrita de caráter histórico, isto é, apresenta como pano de fundo da trama narrativa acontecimentos históricos da província da Bahia. Provavelmente ciente de que o folhetim seria a fórmula literária mais conveniente para atender aos seus propósitos literários, leitora que era desde a adolescência desse gênero, através, principalmente dos folhetins franceses, não foi para ela difícil adaptar sua escrita a ingredientes típicos do folhetim, como enredos marcados por ações diversas, narrativa agradável de ser lida pelo tom leve, técnica dos cortes de capítulos estruturados de modo a manter a curiosidade da leitora. Em paralelo a isso, seus folhetins se subordinam a uma narrativa de formação, sem que os ensinamentos morais produzissem um texto piegas ou moralista. São textos ricos em detalhes quanto aos movimentos históricos da Bahia, além da documentação da cultura da época e dos valores da sociedade. Reproduzem a vida doméstica como meio para tratar das questões femininas do seu tempo, como o casamento, e de lembrar às mulheres a necessidade de estudarem e se prepararem para o que a vida lhes reservava.

Do primeiro romance publicado pela autora ficam marcados dois aspectos que permaneceram na sua produção literária: o de debruçar-se nas questões do “feminismo católico” e de construir um romance feminino de formação, um *bildungsroman*^{vii}. Seus romances têm, de modo indisfarçável, a proposta de formar mulheres que viviam um período de mudanças sociais e as quais, para a autora, deveriam ser amparadas através de uma literatura sã. Sua obra atenderá à necessidade se “formar as consciências” das mulheres conforme a ideologia cristã. Com as literaturas corretas, as mulheres não seriam desvirtuadas pela estética naturalista, pelo menos assim imaginavam as mulheres, que, tal como Anna Ribeiro, participavam das Ligas católicas em prol da moral e dos bons costumes, ditados pela Igreja.

Por esse motivo, suas personagens são apresentadas em momentos de crise econômica ou social, e precisarão usar as lições aprendidas, sejam através da família, sejam da religião, como uma bússola para guiá-las.

A autora baiana vivenciou o processo de transformação da sociedade, com o urbanismo e a chegada de práticas sociais burguesas, por isso, em seus escritos, há não apenas o registro das mudanças como também uma certa nostalgia em recuperar os antigos padrões, avaliados por ela como adequados à formação das mulheres.

AS REPRESENTAÇÕES FEMININAS

A escritora Anna Ribeiro capturou em sua produção literária o momento flagrante das mudanças das relações sociais do tipo senhorial para as relações do tipo urbano, “civilizadas”.

As mudanças das regras morais e dos hábitos e comportamentos da sociedade colonial conservadora, em conflito ante os valores da sociedade liberal burguesa, aparecem registradas em cinco dos seus sete romances, assim como em um dos seus contos.

A nova sociabilidade cosmopolita exigia um novo tipo de mulher, diferente daquela recém-saída do espaço rural das casas grandes — donde saíra a própria autora

— para viver nos sobrados citadinos. Para essa mulher, era preciso saber se comportar nos salões, nos teatros, com *toilette* adequada, ser educada conforme o permitido às moças de famílias ricas: piano, canto, aulas de gramática, francês para declamar alguns poemas e para poder demonstrar em público sua ilustração, com traços da cultura européia, à moda da “*belle époque*”. A boa apresentação que as esposas e filhas faziam na sociedade era um capital simbólico bastante requisitado aos poderosos e poderia angariar bons casamentos, em uma época em que as regras começavam a se modificar e as moças passavam a participar da escolha dos seus pretendentes e os casamentos deixavam de ser endogâmicos.

Para isso, era necessário o aprendizado das mulheres, que até então viviam “guardadas” nas casas grandes, confinadas ao espaço da costura e dos bordados, entre leituras em voz alta de trechos da Bíblia, acompanhadas, de perto, pela mãe e pelas escravas da casa, em vigília constante.

Na transformação para essa nova sensibilidade da mulher – a burguesa – o romance terá um papel primordial. Ele será o veículo condutor da imaginação para as mulheres que souberam transformar a leitura em uma válvula de escape necessária à sobrevivência. *Mutatis mutandi*, a mulher escritora tornava-se um risco para a manutenção da ordem simbólica que preservava ao homem o direito à palavra e à esfera pública, uma vez que, mesmo no espaço do *domus* e repetindo determinados padrões aceitos pelo mundo patriarcal, a sua submissão não será inseqüente.

A produção ficcional de Anna Ribeiro apresenta-se centrada no sujeito feminino, em sua subjetividade — o que pode ser notado na escolha por nomes próprios de mulheres para seus títulos e também nos seus prólogos, em que insiste na função pedagógica e moralizante deles e constrói uma estratégia discursiva de direcioná-lo a uma parente próxima, o que não só ratifica o traço doutrinário, como também o caráter de um texto de formação de mulheres, inclusive as de sua família, oferecendo assim a garantia do texto:

Falo a vós, minhas jovens patrícias, que dotadas de inteligência e gosto, não vos contentais com fúteis passatempos, e procurais na leitura amena uma agradável diversão ao espírito, colhendo ao mesmo tempo lições e preceitos que irão vigorar os princípios morais que já possuis, dados por uma boa e sólida educação doméstica.

(...)

Não sei se consegui meu intento, mas ousou presumir que, aquela de minhas leitoras que possuir enérgico e profundo sentir, compreendendo a sagrada missão redentora que Deus confiou ao sexo fraco para com o sexo forte, na leitura de meu livro, encontrará fatos, alguns dos quais verdadeiros, que poderão sugerir-lhe reflexões úteis à vida prática.^{viii}

A centralidade do discurso no sujeito feminino era uma tendência marcante aos textos românticos e realistas em cujos enredos podiam ser notados os conflitos sentimentais, as relações familiares, casamentos, loucura, adultério e morte.

Na encenação da ficção doméstica, nota-se a emergência da voz feminina, não apenas como a ociosa leitora dos romances escritos pelos homens que necessitava preencher seu tempo com textos moralmente aceitáveis que domesticavam comportamentos e as preparavam para o matrimônio — a função epistemológica do romance, tal como Peterson a entende, estabelece-se na organização da união entre homens e mulheres^{ix} —, mas também como a dona da voz narrativa que do cotidiano monótono da casa, do silêncio a que foi submetida colhe elementos para sua ficção. Acusadas de transformarem a ficção em um exercício de subjetivação pela crítica da

época, a mulher domina a cena editorial oitocentista exatamente por exprimir em um “apoderamento” da palavra narrativa a sua história cotidiana.

A casa em que esteve confinada, guardada do espaço público onde o homem circulava livremente, aparecia rica de estórias a serem contadas e publicizadas, transformando os limites entre o que é privado e o que pode invadir o espaço público.

O que distingue a voz narrativa feminina é o maior ou menor grau de adesão ao discurso patriarcal, o que Lúcia Miguel Pereira acentua como cumplicidade da narrativa romanesca a esse discurso, no qual a ideologia fomentava a manutenção da mulher como minoria moral e social.

Esses romances de autoria masculina caracterizam-se pela defesa da honra feminina, da virgindade das moças e da fidelidade das casadas, pela limitação ao espaço doméstico e pela completa ausência da mulher na ordem econômica, a ocupar apenas os espaços da casa, mas em um esvaziamento de suas funções, no “justo” limite de preservação do poder do *pater familias*.

Uma das características comuns às narrativas oitocentistas é a presença da política de medicalização da sociedade brasileira, o próprio discurso médico higienista não deixando de ser um dos articuladores do deslocamento do feminino da esfera privada para a pública. Em todas as obras de Anna Ribeiro selecionadas, nota-se, seja através dos personagens, estudantes de Medicina ou mesmo já facultativos, seja pelo registro das doenças, mais notadamente entre as mulheres, mães ou filhas: todas têm alguma doença que exige cuidados médicos, ou atuam junto aos seus pais como enfermeiras. As enfermidades são das não declaradas, como o histerismo, passando pela loucura até mesmo a morte por doenças epidêmicas como a febre amarela e o cólera.

Anna Ribeiro testemunha a influência do médico na vida familiar brasileira, em particular na vida das mulheres baianas, e registra nas narrativas a sua ascensão como substituto do padre confessor. O corpo feminino, lugar do pecado na moral medieval católica, necessitado de ser esquadrihado através da confissão dos pecados, é um espaço de poder que sai da Igreja e passa a ser dominado pela Ciência Médica no final do século XIX e princípio do século XX.

Se, antes, era ao confessor que as mulheres podiam contar seus desejos mais íntimos, tomados como pecados, e serem por ele perdoadas, realizando uma espécie de purgação das suas almas, fórmula de manutenção do seu equilíbrio mental, em função da opressão em que viviam, será com os médicos que elas passarão a contar para solucionar seus problemas “nervosos”, seus “achques”, “suas dores”, suas reais frustrações como se pode denominar atualmente.

Foi para os médicos que as mulheres do sobrado urbano começaram a mostrar a intimidade de seus corpos, através deles foi que elas saíram das alcovas e do confinamento que caracterizou suas vidas na sociedade colonial. Graças aos médicos, tiveram acesso às ruas, com janelas que se abriam, com o intuito de arejar e clarear o recinto, numa atitude sanitarista; por conta deles, as mulheres e as meninas deixaram de se resguardar “exageradamente da rua, do ar e do sol”^x e puderam dar passeios, ir às praias, por bem da saúde e de se tornarem saudáveis quando adultas (possivelmente, para o “bem” da reprodução).

O discurso médico instalou-se de tal forma na sociedade brasileira — e em um tácito acordo com o Estado para combater o *pater familias* — que promoveu a modificação das casas, acrescentando-lhes jardins internos, e alterou os costumes femininos, europeizando-os através da eliminação das apropriações deformadas da

cultura oriental que ainda marcavam as relações familiares latifundiárias e escravocratas na Bahia, marcadas por uma casa de “guardar mulheres e guardar valores”^{xi}:

A mudança desta ordem social será realizada através da disciplina, necessária para a “fabricação” (expressão utilizada por Foucault) de indivíduos aptos a essa nova sociabilidade, e é no espaço da família que o adestramento dos corpos será feito. Preceitos médicos recomendavam “para prevenir e sustar a enfermidade, uma boa educação física e moral da mulher, fortalecendo-lhe a constituição, diminuindo a sensibilidade e a imaginação, fazendo-a usar bem das faculdades mentais”^{xii}.

Em “O anjo do perdão”, nota-se um traço que se repetirá em duas outras obras da autora: a jovem enferma pela vida levada no convento, sem que se distinga muito bem de que mal ela sofre. Destacam-se febres, anemias, fraquezas, são as moças oitocentistas de saúde frágil, fracas e propensas às doenças. “As virgens pálidas e cloróticas”^{xiii} pertencem ao imaginário de beleza e qualidades do século XIX, além disso, conforme registros médicos da época, a alimentação delas era de gulodices, frutas, doces e pastéis; as moças solteiras tinham vergonha de comer alimentos fortes, além da limitação do corpo propício à escolha de um par para o casamento; já as mulheres gordas deviam ser as casadas, para garantir o nascimento da prole. Essa dieta pobre causava todo tipo de doenças, desde as transmissíveis como a tuberculose até as mortes antecipadas, com desconhecimento total das doenças.

A chave de compreensão da repetição desta protocena pode ser encontrada nas memórias da autora: sua tia materna, que vivia com sua família, morre em um convento de Salvador. O trauma provocado por esse fato na memória da menina de sete anos aparece reencenado com matizes diversos e menos trágicos em diversos textos.

Em “Dulce e Alina”, o retorno da primeira para casa dá-se após ela ter vivido por três anos na Providência e os médicos terem considerado que o “excesso de estudos” lhe provocou uma anemia profunda, e seu pai, advertido pelos médicos — marca do aburguesamento do pai, zeloso com a saúde da família e com a formação de melhores cidadãs — leva-a para passar uma temporada à beira-mar, como forma de melhorar seu estado de saúde. Mais uma vez, pode-se acusar o confinamento como o responsável pela doença nas mulheres ou ainda os estudos, conforme a Medicina da época.

Por fim, tem-se o caso de Stella do romance “Suzana”, que, diferentemente das outras duas vai para o convento por ser órfã, ter poucos recursos financeiros e não poder viver, a princípio, com a irmã na casa onde essa trabalhava como preceptora.

Sob o controle das religiosas, as órfãs dos internatos se constituirão na mão-de-obra feminina, por isso a vigilância era severa. Mais tarde, na vida urbana, a mulher terá abrigo e liberdade, recebendo um ofício e desempenhando-o nos ateliês de moda, onde se costuravam e bordavam enxovais de moças, de bebês, de festas, como registra Anna Ribeiro no artigo abaixo:

Esses inconvenientes [o de serem as moças seduzidas no local de trabalho] cessarão em um *atelier* dirigido por diretora e mestras respeitabilíssimas e cristãs virtuosas, e que não só procederão a uma rigorosa escolha na admissão das operárias, como exercerão uma vigilância constante e humanitária durante o trabalho e a estada das empregadas na casa.^{xiv}

Após quatro anos vivendo na Providência, Stella encontrava-se pálida e emagrecida, sem a vivacidade de antes. O médico encontra-a com as pernas inchadas e recomenda a Suzana, sua irmã, que a retire com urgência dali e a leve para a beira-mar.

O procedimento de caminhar ao ar livre parece ter sido uma prática trazida pela chegada dos ingleses à Bahia, no século XIX. Em alguns casos, a narradora comenta

que uma das recomendações dos médicos consistia nos passeios, em andar mais do que os espaços da casa permitiam. É a época da descoberta do corpo e do cuidado para com ele, com esportes e banhos de mar para garantir uma boa saúde.

Além das doenças provocadas pelos ambientes internos em que foram acondicionadas as mulheres, espaços da tradição oriental da cultura portuguesa, há, na ficção de Anna Ribeiro, forte incidência de filhas órfãs de mãe. A orfandade é um tropo romântico, motivado pelo corte que se quer estabelecer entre dois tipos de mulheres, mas, na autora em questão, as mortes das mães estão quase sempre associadas a desilusões com a vida conjugal, geradoras de tristeza e depressão que minam a saúde até a morte.

Das mortes por doença, encontramos as mães de Letícia e de Suzana e Stella. Por depressão, a mãe de Sérgio do romance “Helena” e a ama de Clara de “O anjo do perdão”.

Há ainda a referência de dois outros distúrbios que merecem registro: a histeria e a loucura.

A histeria é um tema recorrente na literatura naturalista e na ciência médica oitocentista. Lenita, Ana Rosa, Magda são alguns exemplos de personagens femininas que sofriam de “furor uterino” na busca por uma paixão erótica, histéricas no sentido em que o termo foi tomado na primeira metade do século XIX, antes do advento da Psicanálise e da constatação de Freud de que a origem dos fenômenos associados à histeria repousava na vida sexual.

A histeria é, pois, sintoma da condição de ser mulher, ou ainda da necessidade de responder à questão “o que é ser mulher?”, cuja resposta era dada a partir dos papéis nos quais ela deveria atuar e não da sua individuação, da busca de sua identidade ou identidades. O falocentrismo ocidental concedeu ao homem todas as prerrogativas identitárias, enquanto que a mulher se tornou o seu outro, a sua alteridade, aquela cuja existência dele dependia, exercendo papéis que esvaziavam suas identidades, seus desejos e exigindo sua completa submissão e, por conseguinte, sua alienação.

A leitura demasiada de romances românticos e as barreiras amorosas podem ser tomadas, conforme o discurso médico oitocentista, como as causas do abatimento profundo em Letícia, personagem do romance homônimo.

Letícia, criada sem mãe, era uma leitora desse tipo de romance e isso a tornara, segundo a autora, de imaginação exaltada, de um sentir muito profundo e romanesca, presa fácil, portanto, para a histeria, como diriam os médicos daquela época. Sua posição crítica quanto aos romances não estava distante da posição de Eça de Queirós com Luísa do romance *Primo Basílio*, ou mesmo de Gustave Flaubert, com Emma Bovary, do romance *Madame Bovary*.

Na *Dissertação sobre a histeria* (1851), o acadêmico Antônio Luiz de Sousa Seixas sustenta

É conselho de médico o não ler assiduamente romances, não assistir certos espetáculos, moderar certo gosto pela música etc. É são e útil o exercício, até fatigar algumas vezes, os trabalhos manuais, o estudo de ciências naturais, o de línguas vivas e mortas e outras coisas que cabem num tratado de educação. Levantar-se logo que se desperte, e só deitar-se quando o sono é necessidade, é bom, porque se impedem os sonhos da imaginação e o vício torpe da masturbação^{xv}.

Letícia era mais uma vítima da literatura que desviava as moças e as conduzia a casamentos fracassados por serem baseados em premissa da imaginação (romântica) e do seu “cortejo de ilusões”, vítima do modelo de romance condenado por Anna Ribeiro:

Bem dizia em 1885 Da. Ana Ribeiro de Góis Bettencourt, ilustre colaboradora baiana do *Almanaque de lembranças luso-brasileiro*, alarmada com as tendências românticas das novas gerações — principalmente com as meninas fugindo de casa com os namorados — que convinha aos pais evitar as más influências junto às pobres mocinhas. O mau teatro. Os maus romances. As más leituras. Os romances de José de Alencar, por exemplo, “com certas cenas um pouco desnudas” e certos “perfis de mulheres ativas e caprichosas [...] que podem seduzir a uma jovem inexperiente, levando-a a querer imitar esses tipos de inconvenientes na vida real.”

Romances ainda mais dissolutos estavam aparecendo; autores ainda mais perigosos escrevendo livros, chagando alguns até a pretender que “a união dos sexos promovida somente pelo amor seja tão santa e pura quanto a que a religião e a sociedade consagra”. E ainda mais, santo Deus, a “desculpem o adultério da mulher!” Contra o que Da. Ana Ribeiro recomendava os romances de Escrich e os que ela própria escrevera: *A filha de Jephthé* e o *Anjo do Perdão*^{xvi}.

A loucura é registrada nos dois folhetins da autora: “O anjo do perdão” e “Helena”. Nesse último, os motivos da perda da razão das duas mães – Beatriz, jovem aristocrata portuguesa que vivia com o pai adotivo no Brasil, e Nadeia, mãe de Helena, indiana, filha de uma estirpe nobre – são comuns: a perda dos filhos, dor que lhes tira o equilíbrio e o sentido da existência diante da vida. Todas essas personagens são traídas por homens que querem suas fortunas ou sua prole para que possam atingir seus objetivos de riqueza fácil.

Outra marca de loucura também provocada pela perda do filho é a de Lúcia, ama de leite de Clara, personagem do primeiro folhetim. Lúcia tinha predominância étnica da “raça indígena, como se via pela cor vermelha e pura da sua tez, e pelos cabelos negros e corredios”^{xvii}. Seduzida por um português, teve dois filhos que foram criados junto a Clara, como protegidos da casa. Tendo perdido um dos filhos ainda na infância, seu segundo filho, Francisco, foi condenado à morte pelo fazendeiro, fato que desencadeia uma loucura momentânea e que a faz morrer tragicamente três dias depois.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vistas através dos textos escolhidos as personagens de Anna Ribeiro se encontram como vítimas de uma sociedade visivelmente falocêntrica, mas que também, através da educação, podem encontrar um caminho para sua realização pessoal, antes mesmo da opção pelo casamento, como suas protagonistas Helena, Dulce e Suzana escolhem. Além delas, temos as mães das protagonistas, que ensandecem, adoecem ou morrem em catres ou nos quartos de dormir – metáforas da frustração com o casamento –, sem que possam preparar suas filhas, deixando-as órfãs e sob o domínio masculino, a mudança em suas vidas não ocorre com a sua transferência para as mãos do marido, mas pela escolha pessoal em estudar, escolhendo, posteriormente, seus pares, já sem a presença dos pais.

Todas elas põem em discussão a identidade feminina de um mundo oitocentista, mas que nos remete a pensar como esses discursos limitaram corpos femininos e contribuíram para identificar os padrões tomados como adequados/inadequados para pertencer à sociedade baiana de então. Suas personagens são representações recorrentes de modelos de mulher na sociedade patriarcal, mas que, no limite do território possível, conseguiram exprimir suas vozes e seus anseios, nem sempre possíveis de serem cumpridos, de uma vida melhor.

ⁱ SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade**; a forma social negro-brasileira. Petrópolis: Vozes, 1988. p. 23.

ⁱⁱ CARVALHO FILHO, Aloysio de. “A Bahia no romance brasileiro”. **Diário Oficial do Estado da Bahia**. Salvador, jul. 1923, p. 99-101. Edição especial do Centenário da Independência.

ⁱⁱⁱ Cf. ALVES, Lizir Arcanjo. **Poesia e vida literária na Bahia de 1890 a 1915**. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986. p. 199.

^{iv} SALLES, David. **Primeiras manifestações da ficção na Bahia**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1973. p. 12. (Estudos Baianos, 7).

^v Esse romance foi estudado em minha Dissertação de Mestrado *A bela esquecida das Letras Baianas*: a obra de Anna Ribeiro, de 1998; além disso, é retomado no estudo apresentado no I Encontro Internacional: A Representação da Imagem Feminina, na Universidade Estadual de Londrina, em setembro de 2001, intitulado “O mito do sacrifício feminino em três leituras”. Cf. FONTES, Nancy Rita Vieira. O mito do sacrifício feminino em três leituras. ENCONTRO INTERNACIONAL A REPRESENTAÇÃO DA IMAGEM FEMININA, 1, 2001, Londrina, Universidade Estadual de Londrina (UEL), set. 2001. (Comunicação). FONTES, Nancy Rita Vieira. **A bela esquecida das letras baianas**: estudo da produção intelectual de Anna Ribeiro. 1998. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

^{vi} Alguns dos seus biógrafos registram que o folhetim foi publicado na *Gazeta de Notícias*, todavia verificamos na hemeroteca do Instituto Geográfico Histórico da Bahia que ele foi lançado em 12 de janeiro de 1883, no *Diário de Notícias*.

^{vii} O *bildungsroman*, tal como propõe Bakhtin, é um texto de caráter didático-pedagógico, como o proposto por Rousseau em *Emílio*. Apud. DUARTE, Eduardo Assis. **Jorge Amado**: romance em tempo de utopia. Natal: Ed. da Universidade, UFRN, 1995. p. 112.

^{viii} BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Góes. **Letícia**. Salvador: Litho-Tipografia e Encadernação Reis, 1908. p. V e VIII.

^{ix} PETERSON, Michel, *apud* SCHMIDT, Rita Terezinha. Da exclusão, da imitação e da transgressão: o caso do romance *Celeste*, de Maria Benedita Bormann. In: PETERSON, Michel. **As armas do texto**: a literatura e a resistência da literatura. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 2000. p. 69.

^x FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**: decadência do patriarcado rural no Brasil e desenvolvimento urbano. 14. ed. rev. Ilust. São Paulo: Global, 2003. p. 301. Foi mantida a ortografia tal como aparece na citação da nova edição.

^{xi} *Id., ibid.*, p. 145.

^{xii} CASTRO, Dinorah. **A mulher submissa**: teses da Faculdade de Medicina da Bahia no século XIX. Salvador: Press Color, 1996. p. 186.

^{xiii} O verso completo é assim: “Odeio as virgens pálidas, cloróticas”, do soneto “Profissão de Fé” de Carvalho Júnior. In: ABDALA JÚNIOR, Benjamin. **Antologia da poesia brasileira**; realismo e naturalismo. São Paulo: Ática, 1985. p. 18.

^{xiv} BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Góes. O “atelier” da Associação das Senhoras de Caridade”. **A VOZ DA LIGA CATÓLICA DAS SENHORAS BAIANAS**. Salvador: Tipografia Beneditina, ano I, n. 10, out. 1913, p. 113.

^{xv} CASTRO, *op. cit.*, p. 186.

^{xvi} FREYRE, *op. cit.*, p. 249.

^{xvii} BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Góes. O Anjo do perdão. Salvador, 1883. datil. (Publicado na **Gazeta de Notícias**). p. 117 *passim*.